



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CRMV-ES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Eletrônico 90001/2026 - Anexo I



CRMV-ES
Conselho Regional de Medicina Veterinária
do Estado do Espírito Santo

Rua Cyro Lima, 125, Enseada do Suá - CEP 29050-230 - Vitória/ES
Tel (27) 99518-1374 - crmves.org.br - licitacao@crmves.org.br



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Espírito Santo

TERMO DE REFERÊNCIA 5/2026 - LIC/ES/SEAD/ES/DE/ES/PLENARIO/ES/CRMV-ES/SISTEMA

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 .

Processo Administrativo nº 0410025.00000009/2025-20

1. DO OBJETO:

1.1. Aquisição de 02 (dois) veículos, tipo SUV, zero quilômetro, ano/modelo 2026/2027 ou superior a data da compra, cor branca, já licenciado e emplacado com placa oficial, tendo como primeiro dono o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Espírito Santo – CRMV /ES.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Veículo automotor, zero km, tipo SUV, com capacidade para 05 lugares, ano 2026 ou superior, câmbio automático, flex (álcool/gasolina), cor branca, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	486536	2	R\$ 142.230,43	R\$ 284.460,86

1.2. Os veículos deverão ser entregues com taxa de emplacamento, licenciamento e seguro obrigatório – DPVAT, Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos, e com pagamento do frete, tributos, encargos sociais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir no preço proposto.

1.3. Consoante o disposto no artigo 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133/2021, os bens objeto desta contratação classificam-se como comuns, dado que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente aferidos através de especificações usuais no mercado.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. Em caso de divergência entre o CATMAT e a especificação do item, prevalecerá o descrito na especificação.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do instrumento de contrato no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A solicitação visando suprir as necessidades operacionais e administrativas da Instituição, em especial quanto ao atendimento das demandas do Setor de Fiscalização, usuário principal dos veículos que compõem a frota do CRMV-ES, tendo em vista que atualmente, o CRMV-ES possui 03 (três) veículos sob sua propriedade, que já possuem mais de 06 (seis) anos de utilização, necessitando de renovação para possibilitar mais segurança de locomoção dos usuários e a efetividade das fiscalizações realizadas em todo o estado do Espírito Santo.

2.2. Sendo assim, os atuais veículos que compõem a frota do CRMV-ES encontram-se em defasagem pelo uso contínuo e pelo tempo, demandando constantes manutenções, onerosas e pouco eficazes.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026.

I. ID PCA no PNCP: 27398460000176-0-000001/2026

II. Data de publicação no PNCP: 06/10/2025;

III. Id do item no PCA: 51

IV. Classe/Grupo: 2320 - VEÍCULOS SOBRE RODAS

V. Identificador da Futura Contratação: 389200-46/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A solução como um todo deverá prover veículos com especificações suficientes para a realização das frequentes viagens destinadas ao exercício da atividade fim da entidade, que é a fiscalização do regular exercício da medicina veterinária e zootecnia em todo estado do Espírito Santo.

3.2. Nesse sentido, as especificações exigidas buscam um veículo que promova o conforto necessário aos agentes de fiscalização nas longas viagens, o nível de segurança possível, a manutenção da competitividade do certame

3.3. As especificações devem corresponder e serem atendidas por veículos de linha, fabricados por montadoras que possuem concessionárias regularmente instaladas no país, sendo similares ou superiores às especificações contidas neste termo de referência.

3.4. Em análise comparativa, feita durante o estudo técnico preliminar, estabeleceu-se como especificações mínimas as que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA
TIPO	SUV
ANO/MODELO	2026 ou superior
COR	Branca
COMBUSTÍVEL	Flex (álcool/gasolina)
MOTORIZAÇÃO	Turbo ou >=1.3 Aspirado
CÂMBIO	CVT e/ou automático de 6 velocidades
POTÊNCIA MÁXIMA(CV)	>= 115-G / 120-A
TORQUE MÁXIMO (KGF.M)	>= 17,5 (G/A)
0 A 100 (S)	<= 12
VELOCIDADE MÁXIMA	ENTRE 175 A 210 KM/H
REGIME DE POTÊNCIA MÁXIMA	>5000 RPM

DIREÇÃO ELÉTRICA	Sim
SUSPENSÃO DIANTEIRA	Independente, McPherson
SUSPENSÃO TRASEIRA	Eixo de torção ou independente, McPherson
FREIOS ABS	Sim
RODAS DE LIGA LEVE	Sim
CONTROLE DE TRAÇÃO	Sim
CONTROLE DE ESTABILIDADE	Sim
TANQUE DE COMBUSTÍVEL	>=49L
AR-CONDICIONADO	Sim
VOLANTE MULTIFUNCIONAL	Sim
COMPUTADOR DE BORDO	Sim
MARCAS DE REFERÊNCIA (ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade)	RENAULT KARDIAN, VOLKSWAGEN T-CROSS, JEEP RENEGADE, CRETA HYUNDAI.

3.5. Especificações adicionais

- Zero quilômetro;
- Modelo em continuidade de produção mais recente da montadora, disponível no mercado nacional no ato da assinatura do contrato;
- Carroceria metálica, similar à de veículo SUV executivo;
- Mínimo de 05 (cinco) lugares;
- Com 04 (quatro) portas laterais e uma tampa na carroceria;
- Capacidade mínima de porta-malas de 320 litros, considerando os bancos em posição para 05 (cinco) passageiros;

Ergonomia

- Bancos: os dianteiros, individuais reclináveis com apoio de cabeça ajustável, os traseiros laterais com apoio de cabeça, de acordo com homologação dos órgãos competentes;
- Banco do motorista com ajuste de altura
- Volante com regulagem de altura e profundidade

Vidros e parabrisas

- Vidros dianteiros e traseiros elétricos
- Espelhos retrovisores (lado direito e esquerdo) com controles elétricos internos acessível ao motorista;
- Limpador composto de temporizador, bem como lavador elétrico do para-brisa;
- Limpador e lavador de vidro traseiro;
- Equipado com películas de controle solar não reflexivas, em todos os vidros do veículo (preta ou fumê), exceto para-brisas, com nível de transparência mínima possível dentro do permitido pela legislação vigente e CONTRAN;

Segurança, alertas, sensores e câmeras

- Cintos de segurança dianteiros retráteis de 03 (três) pontos com regulagem de altura, e cintos traseiros laterais com 03 (três) pontos;
- Bolsas infláveis (airbags) laterais e de cortina, além das frontais obrigatórias;

- Sistema de freios a disco nas 4 rodas
- Frenagem automática de emergência
- Alerta de colisão frontal
- Controle automático de velocidade
- Sistema start-stop
- Câmera de ré, original da linha de produção do veículo ou por adaptadora homologada
- Sensor de estacionamento traseiro, original da linha de produção do veículo ou por adaptadora homologada
- Assistente de partida em rampa (Hill Holder Control ou semelhante);
- Destravamento interno/remoto do porta-malas
- Destravamento interno da tampa de combustível
- Alerta sonoro e/ou luminoso de portas abertas ou destravadas;
- Alarme antifurto;
- Equipado com travamento automático das portas na chave;
- Trava elétrica nas portas;

Iluminação

- Luzes de condução diurna (DRL – Day Running Lights);
- Luz auxiliar de freio;
- Faróis com refletores duplos
- Faróis com reguladores de altura

Multimídia e sonorização

- Central multimídia com tela touchscreen
- Bluetooth
- Entrada USB
- Rádio AM e FM
- No mínimo quatro alto-falantes
- Que permita o espelhamento de aparelho celular para utilização de aplicativo de navegação ou, no mínimo, com sistema de navegação (GPS) integrado;

Outros equipamentos:

- Equipado com rodas originais, conforme catálogo do fabricante;
- Estepe de uso emergencial, compreendendo o aro e o pneu, com ou sem câmara de ar, conforme o caso;
- Chave de ignição reserva;
- Macaco, compatível com o peso e carga do veículo;
- Chave de roda;
- Equipado com tapetes de borracha internos;
- Equipado com todos os demais equipamentos obrigatórios conforme o CTB e equipado com todos os equipamentos de série não especificados e todos os exigidos pelo CONTRAN.

3.7. Todas as características técnicas do veículo ofertado pelas licitantes deverão ser comprovadas através de catálogos, manuais técnicos e/ou outras literaturas editadas pelo fabricante.

3.8. Os veículos deverão atender aos requisitos presentes no Termo de Referência/Edital, nos itens que lhe forem competentes, tendo como obrigações principais seguir todas as exigências em especificação.

3.9. Os veículos deverão ser entregues com quantidade de combustível suficiente, para que a CONTRATANTE possa se deslocar até o posto de combustível credenciado mais próximo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisito de sustentabilidade: A execução do objeto contratado deverá seguir normas padrões preestabelecidas, almejando economicidade e bom aproveitamento na aplicação dos recursos públicos, bem como as regras de condução e exigências verificadas nas obrigações da contratada.

4.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1. Veículos que utilizem combustíveis renováveis, inclusive mediante tecnologias tais como “FLEX”, nos termos da Lei nº 9.660, de 16 de junho de 1998;

4.1.1.2. Veículo que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 2, de 11 de fevereiro de 1993, nº 008/1993, nº 17/1995, nº 242/1998 e nº 272/2000 e legislação superveniente e correlata;

4.1.1.3. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA nº 490, de 16 de novembro de 2018, e Resolução CONAMA nº 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

4.2. Indicação de marca ou modelo: Não se aplica à pretendida contratação.

4.3. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço: Não se aplica à pretendida contratação.

4.4. Da exigência de amostra: Não se aplica à pretendida contratação.

4.5. Da exigência de carta de solidariedade: Em caso de concessionária, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

4.6. Subcontratação: Com fundamento no §2º, artigo 122 da Lei 14.133/2021, será vedada a subcontratação do objeto.

4.7. Garantia Contratual: Não será exigida garantia contratual, nos termos dos artigos 96 ao 102 da Lei 14.133/2021.

4.8. Tratamento diferenciado para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP): Embora a contratação seja referente à aquisição de bem de natureza divisível, não foi estabelecida cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, III, da Lei Complementar n. 123/2006, tendo em vista se tratar de item com apenas dois veículos, sendo uma unidade equivalente a 50% (cinquenta por cento) do objeto, acima da cota prevista na lei.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Recebida a ordem de fornecimento, a entrega dos veículos deverá ocorrer em até **60 (sessenta) dias corridos**, contados do envio da Ordem de Fornecimento.

5.2. A entrega dos veículos será efetuada na sede do CRMV-ES, situada na R. Cyro Lima, 125 - Enseada do Suá, Vitória - ES, 29050-230, Enseada do Suá – ES, em dias úteis, no horário de 8h às 16h, em data previamente agendada com o Contratante.

5.3. A entrega deve ser realizada por representante qualificado e autorizado pelo fabricante do veículo (concessionárias) ou pelo próprio fabricante, diretamente no seu destino final, devendo a Contratada já fazer constar os custos do deslocamento em sua proposta, não onerando o Contratante por este serviço.

5.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.5. Os veículos deverão ser entregues emplacados na categoria oficial, licenciados, com DUT e CRLV, registrados no Departamento de Trânsito do Estado do Espírito Santo em nome do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Espírito Santo – CRMV-ES, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de emplacamento, DPVAT e licenciamento dos veículos, demais gastos com o registro junto ao órgão de trânsito do respectivo estado, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto.

5.6. Os veículos deverão ser entregues com toda a documentação necessária, acompanhados de laudos, vistorias e homologações que sejam necessários junto aos órgãos competentes, ou seja, livre e desembaraçado para sua regular circulação em vias públicas conforme a legislação brasileira em vigor.

5.7. O Contratante realizará inspeção minuciosa dos veículos entregues, com a finalidade de verificar a adequação e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários

5.8. O recebimento provisório ou definitivo dos veículos não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes do incorreto fornecimento, ou, em qualquer época, das responsabilidades assumidas por força das disposições legais em vigor

5.9. Caso sejam identificados defeitos nos veículos e/ou discrepâncias em relação às especificações exigidas, a CONTRATADA será notificada para promover a substituição desses em até 30 (trinta) dias corridos.

5.10. Em caso de alguma irregularidade verificada, o veículo será devolvido, e a retirada e o custo do transporte (se houver) ficará por conta da empresa fornecedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

5.11. Na hipótese de substituição do veículo, será contado novo prazo de garantia, a partir do novo recebimento definitivo.

5.12. Junto ao veículo deverá ser entregue o manual de operação, termo de garantia e documentação.

5.13. Os automóveis deverão ser entregues, nos termos do item 5.4, com os tanques de combustível completamente abastecidos com combustível indicado pelo fabricante para automóveis zero-quilômetro.

Garantia dos veículos:

5.14. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, **36 (trinta e seis) meses**, sem limite de quilometragem, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo de cada objeto.

5.15. Caso a garantia contra defeitos de fabricação oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido neste item, o Contratado deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo tempo restante.

5.16. Caso a garantia contra defeitos de fabricação oferecida pelo fabricante seja superior ao estabelecido, valerá a de maior prazo e deverão estar explícitas na proposta do licitante, sem que isso represente qualquer diferencial no julgamento das propostas.

5.17. Deverão ser fornecidos manuais de garantia, manutenção e operação do veículo impressos em língua portuguesa.

5.18. A CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE, os seguintes manuais e catálogos, editados em português: 1) Manual de garantia, impresso, um por veículo; 2) Manual de manutenção do veículo; 3) Manual de operação do veículo; 4) Catálogo da rede autorizada em condições de atender a manutenção do veículo adquirido;

5.19. A garantia será prestada com vistas a manter o veículo fornecido em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.20. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.21. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.22. A garantia deve abranger todo e qualquer defeito de fabricação, quer por falha de funcionamento ou por montagem ou, ainda, em decorrência de desgaste prematuro em uso normal do automóvel, nos seus diversos conjuntos, peças e acessórios, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.23. O fabricante/montadora da marca, por meio de sua rede de concessionárias e/ou representantes, legalmente estabelecidos ou instituídos, deverá possuir capacidade de prestar o serviço de assistência técnica (dentro do período de garantia) para execução de manutenção, preventiva ou corretiva, prevista no manual de manutenção, no Município de Vitória/ES ou, no máximo, em municípios da região metropolitana.

5.24. Os serviços de assistência técnica ao veículo adquirido deverão ser prestados por profissionais especializados, pelo período de garantia, contados do recebimento definitivo do veículo.

5.25. O Contratante deverá encaminhar os veículos para realização de manutenção preventiva, de acordo com os critérios definidos nos respectivos manuais, à Concessionária da Contratada mais próxima, sob pena de perda da garantia.

5.26. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.27. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

5.28. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

5.29. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.30. O custo referente ao transporte dos veículos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.31. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Obrigações da Contratante

6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

6.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

6.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

6.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

6.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Obrigações da Contratada

6.9. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

6.10. Entregar os veículos, de acordo com as condições e os prazos propostos neste Termo de Referência;

6.11. Entregar o veículo acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português com as taxas de emplacamento, licenciamento e Seguro Obrigatório - DPVAT pagos, com os Certificados de Registro e Licenciamento do Veículo (CRV/CRLV) e com o pagamento do frete, tributos, encargos sociais e quaisquer outras despesas que incluam ou venham a incidir no preço proposto.

6.12. Transportar até a sede do Contratante os veículos adquiridos, disponibilizando mão de obra necessária para sua entrega;

6.13. Garantir que todos os componentes (itens de série e opcionais) do veículo sejam novos, sem uso, bem como estejam em linha de produção anual do fabricante.

6.14. Fornecer o veículo com todos os itens obrigatórios internos e externos, de acordo com as normas vigentes.

6.15. Não substituir itens de fábrica, que fazem parte da série do veículo a ser fornecido, por itens de qualidade inferior.

6.16. Dispor de assistência técnica, a qual deverá ser prestada nas concessionárias autorizadas pelo fabricante.

6.17. Os serviços de assistência técnica ao veículo adquirido deverão ser prestados por profissionais especializados, pelo período da garantia, contados do recebimento definitivo do veículo.

6.18. Substituir, em até 30 (trinta) dias após comunicação de recusa pelo Contratante, os veículos defeituosos ou em desacordo com as especificações, devendo providenciar, sem ônus para o Contratante, o recolhimento do bem recusado e a entrega de novo veículo em perfeitas condições, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.19. Custear o frete relativo à devolução dos veículos defeituosos;

6.20. Providenciar a regularização de pendências e/ou impropriedades ocorridas no fornecimento, apontadas pelos

servidores designados para fiscalizar a execução do contrato, dentro do prazo estipulado pela comunicação escrita do Contratante.

6.21. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

6.22. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os itens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, na forma do artigo 119 da Lei 14.133/2021;

6.23. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.24. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de liquidação e pagamento, os seguintes documentos:

6.24.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

6.24.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

6.24.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.24.3. certidão de regularidade do FGTS – CRF;

6.24.4. certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

6.25. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

6.26. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

6.27. Quando solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

6.28. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.29. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

6.30. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. As comunicações entre a entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3. Na forma exigida pelo artigo 117 da Lei 14.133/2021, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato ficarão a cargo do fiscal do contrato.

7.4. À comissão de recebimento do contrato competirá:

7.4.1. Encaminhar alterações contratuais;

7.4.2. Controlar prazos contratuais e propor renovações ou rescisões;

7.4.3. Atestar a nota fiscal de fornecimento e encaminhá-la à Gerência/Assessoria Administrativa para ratificação;

7.4.4. Tratar eventuais irregularidades constatadas na execução contratual;

7.4.5. Impulsionar processos de penalização, quando necessário;

7.4.6. Impulsionar processos de formalização de termos aditivos, quando for o caso;

7.4.7. Informar aos superiores em tempo hábil para a adoção de medidas, quando essas ultrapassarem os limites de sua competência.

7.4.8. Atestar se os requisitos da contratação foram atendidos;

7.4.9. Monitorar o cumprimento dos prazos contratuais;

7.5. A fiscalização do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

7.6. Quando a ocorrência extrapolar suas competências, a fiscalização do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

7.7. Ao Contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, as entregas em desacordo com as especificações exigidas.

7.8. A fiscalização exercida pela administração não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada em razão do contrato, inclusive perante terceiros, consoante previsão do artigo 120 da Lei Federal 14.133/2021.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
4. Multa:
 1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 8.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 15% a 20% do valor do Contrato.
 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1 a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.5.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.5.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
2. as peculiaridades do caso concreto;
3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. os danos que dela provierem para o Contratante;
5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Critérios de Medição de Resultado (IMR)

9.1. Em virtude do tipo de contratação e o objeto a ser contratado não será adotado o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), cabendo a Contratada as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual.

Recebimento

9.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.4 O recebimento definitivo ocorrerá na forma do inciso II, alínea b do artigo 140 da Lei 14.33/2021, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.5. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será reduzido pela metade, conforme §2º, artigo 7º da IN SEGES-ME 77/2022.

9.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.7. Havendo erro na Nota fiscal ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo será suspenso, até que a empresa tome as medidas saneadoras necessárias;

9.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.9. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.10. Havendo a necessidade de devolução dos equipamentos os custos de retirada devolução correrão por conta da Contratada.

9.11. Na forma do parágrafo 2º do artigo 140 da Lei Federal 14.133/2021, o recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço prestado nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

Liquidação

9.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. Prazo de pagamento.

Prazo de pagamento

9.22. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

9.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

9.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.28. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.30. Para o recebimento dos pagamentos a Contratada deverá manter as condições de regularidades exigidas na licitação;

9.31. Na forma estabelecida no artigo 139, inciso IV da Lei Federal 14.133/2021, poderá haver a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas eventualmente aplicadas.

Antecipação de pagamento

9.32. Em nenhuma hipótese, ocorrerá a antecipação de pagamento para viabilizar o cumprimento do objeto contratado.

9.33. Na hipótese de o dia do pagamento coincidir com feriado bancário, este será realizado no primeiro dia útil seguinte.

9.34. Estão inclusos na remuneração dos serviços contratados todos os insumos e tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, previdenciários e encargos trabalhistas, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste contrato.

9.35. Qualquer despesa não comprovada, realizada sem autorização prévia e expressa do CRMV-ES ou que não obedeça às condições aqui estabelecidas não será ressarcida.

10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Pelas suas características, com fundamento no artigo 6º, inciso XLI da Lei Federal 14.133/2021, a modalidade de licitação a ser aplicada na contratação será o pregão, sob a forma eletrônica e o critério de julgamento o de menor preço.

Forma de fornecimento

10.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

10.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

10.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

10.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

10.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.13. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.14. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.15. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;

10.16. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.17. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.;

10.18. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.19. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.20. Sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País: Decreto de autorização;

10.21. Documento de identificação dos sócios e/ou representantes;

10.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.26. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.28. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.29. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.30. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.31. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

10.32. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.33. A documentação nos subitens “8.15.1” a “8.15.6”, se for o caso, poderá ser substituída pelas informações

constantes do SICAF.

Qualificação Econômico-financeira

10.34. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.35. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.36. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.36.1. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

10.36.1.1 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.36.2. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente;

10.36.3. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º;

10.36.4. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela empresa.

Qualificação Técnica

10.37. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

10.38. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

10.39. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

10.40. Para fins de comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

10.41. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

10.42. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, quando for o caso.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O CRMV-ES observou as orientações, no que couberam, dos procedimentos administrativos para a realização do levantamento de mercado, nos termos da Instrução Normativa nº 65/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

11.2. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 284.460,86 (duzentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e sessenta reais e oitenta e seis centavos).**

12. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da execução do objeto decorrerão no orçamento do exercício de 2026.

Conta: Rubrica 6.2.2.1.1.02.01.01.003.005 - Veículos.

13. DO ENCAMINHAMENTO E APROVAÇÃO PELO ORDENADOR

13.1. Sendo assim, diante das condições aqui apresentadas no presente Termo de Referência, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração,

Encaminhamos para análise e aprovação do Ordenador de Despesa do Conselho.

Vitória, 24 de abril de 2026.

TALITA CALEGARIO FIGUEIRA DIAS

CHEFE DO SETOR DE FISCALIZAÇÃO

MATRÍCULA Nº 043

Documento assinado eletronicamente por:

- Talita Calegario Figueira Dias, Coordenadora do Setor de Fiscalização - CRMV-ES - FGMED - SEFISC/ES, em 24/04/2026 15:29:31.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 06/04/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.cfmv.gov.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 605791

Código de Autenticação: d7fac9b62a



SISTEMA
CFMV/CRMVs

Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária

Rua Cyro Lima, 125, Enseada do Suá, Vitória / ES, CEP 29050-230